

DEPOSITO LEGAL
-U. NOV. 1975

Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista Ano I Nº 13 (Nova Série) 16-23 de Outubro de 1975 Preço 4\$00

A BURGUESIA NÃO GOVERNARÁ!

Esquerda Socialista Poder Popular

Esquerda Socialista Esquerda Socialista

Editorial

PELO AVANÇO DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

11-13 Setembro JORNADA INTERNACIONAL DE ANÁLISE E PRÁTICA DO POVO TRABALHADOR

Um momento de luta

de Pires Ferreira

Poder Popular Poder Popular

avancar para a REVOLUÇÃO SOCIALISTA

MES

esmagando a social-democracia, rompendo com a direcção reformista, ultrapassando o oportunismo pequeno-burguês

REACTIONÁRIOS FORA DOS QUARTÉIS JA!

TRABALHADORES E MOÇAMBIQUES POR UM MELHOR AC

1 ano de publicação



Para governar, a burguesia só tem um caminho: vergar as massas populares, esmagar as conquistas revolucionárias do povo trabalhador, reprimir — porque não possui força ideológica para enganar e manietar os trabalhadores.

A burguesia, que só pode governar pela força, não tem força! Enquanto não criar um corpo especial de repressão — AMI ou outro — a burguesia não poderá sequer ter a veleidade de governar, estando remetida a repetir desesperadamente que quer governar! Que quer ordem e disciplina!

OS SUV EM COIMBRA



depois das grandes manifestações de Lisboa e Porto

é a vez de Coimbra e Évora

comprovarem a enorme força que são os SUV

Camaradas:

O alargamento e o fortalecimento dos SUV é irresistível! Primeiro no Porto, em resposta à investida reaccionária dos comandantes das unidades e outros oficiais do Q.P. que, depois de terem saneado muitos camaradas nossos, culminou com a dissolução do CICAP em virtude do elevado espírito de luta mostrado pelos nossos camaradas.

A seguir em Lisboa com a aprovação do nosso «Manifesto SUV», onde os nossos princípios de organização autónoma e democrática (Comissões de Soldados) e de luta ficam bem expressos. Nos dois sítios efectuam-se grandiosas manifestações de rua com um apego e um fervor das massas populares nunca igualado, terminando a manifestação de Lisboa numa enorme vitória com a libertação dos nossos camaradas Pinto e Figueiredo da EPI de Mafra.

E agora, camaradas, é a vez dos nossos camaradas das duas outras regiões militares de Coimbra e Évora!

Camaradas!
O SUV é hoje uma organização com implantação à escala nacional. É por isso que os «embuçados» metem tanto medo à burguesia!

A rapidez do seu aparecimento e alargamento, as rápidas e retumbantes vitórias alcançadas com o apoio das massas populares, mostraram à burguesia e a todos os reaccionários a nossa força de soldados organizados e em ligação com as organizações dos trabalhadores. Por isso os jornais burgueses não param de falar de nós, cada um inventando o que lhe dá na cabeça sobre a nossa organização. E outros jornais e jornalistas tentam destruir-nos, à partida, insinuando ligações (que nós rejeitamos) a qualquer organização partidária de soldados ou a MFA. Mas, camaradas os SUV resistem a tudo, crescem e desenvolvem-se sempre, como se diz no nosso manifesto: «SUV propõe-se levar a cabo uma ofensiva autónoma com carácter de classe visando a constituição de comissões de soldados».

As nossas posições de defesa dos interesses das classes trabalhadoras levam-nos assim a repudiar e a denunciar a nova Pide em formação na Região Militar do Centro com o major Espírito Santo à cabeça e os seus brasileiros da CIA. Leva-nos a denunciar o AMI do brigadeiro Egídio que só servirá para reprimir as lutas dos trabalhadores, nossos irmãos de classe. Leva-nos a denunciar a polícia de choque do Melo Antunes. Leva-nos a denunciar todas as mini-Pides dentro dos quartéis e a sua corte de bufos vendidos aos comandos reaccionários. Leva-nos a denunciar o coronel Jaime Neves do Regimento de Comandos da Amadora que manobra os nossos camaradas contra os Deficientes das FA e as tentativas de libertar o criminoso coronel Durão ex-comandante do R.C. Paraquedistas e preso desde o 11 de Março e a chamar o tenente-coronel Carrillo que pilotou um dos aviões que atacou o RALIS em 11 de Março. Tudo isto camaradas, na noite do golpe inventado pelo PS. Para quê, camaradas? Os reaccionários desmascaram-se claramente com essas medidas. O que eles querem é dar o poder ao Spínola e aos seus lacaios. Mas os SUV não dormem! Os SUV estão atentos! Um soldado SUV é um trabalhador fardado ao serviço da Revolução socialista.

Para mostrar a nossa determinação e mostrar à nova Pide/CIA do major Espírito Santo e do brigadeiro Charais que não temos medo deles, iremos todos à manifestação de Coimbra do próximo dia 9! Nem um só soldado SUV da Região Militar do Centro deixará de estar em Coimbra no dia 9.

Muitos outros SUV de todo o País lá estarão conosco. Porque a vitória é certa!

MORTE À NOVA PIDE/CIA DO MAJOR ESPÍRITO SANTO!

MORTE AO AMI!

REACCIONÁRIOS FORA DOS QUARTÉIS JÁ!

EM FRENTE; PELAS COMISSÕES DE SOLDADOS!

SUV VENCEU, SUV VENCERA

SUV (SOLDADOS UNIDOS VENCERÃO)

Os SUV de Coimbra saíram à rua Mais de 40 000 pessoas estiveram presentes nesta grandiosa manifestação do dia 9. Na verdade foi uma jornada de luta inesquecível.

Ninguém em Coimbra se lembra, desde o 1.º de Maio de 74, de uma manifestação assim.

Apoiada por numerosas comissões de trabalhadores e de moradores da região, organizações revolucionárias que integram a FUR e ainda por trabalhadores da Marinha Grande e de outros pontos do país.

Mais uma vez os SUV fizeram tremer a burguesia e todos os conciliadores. Cerca de 4000 soldados encabeçando a manifestação vindos de todos os quartéis de Coimbra, de Castelo Branco, Leiria, Aveiro, Figueira da Foz, Abrantes e representações de quartéis de Lisboa e do Porto. De facto, manifestações deste género fazem abalar a burguesia. E a prova está que o PS e o PPD ao saberem desta manifestação apressaram-se a convocar manifestações-comícios, um para o dia anterior e o outro para o domingo seguinte, de apoio ao brigadeiro Charais e a toda a ofensiva reaccionária que pretendem levar a cabo dentro e fora dos quartéis visando a des-

truição das conquistas alcançadas e favorecendo a instauração de um regime fascista no nosso país.

Mas nada disto já pega A ofensiva popular desencadeada pelas forças revolucionárias dentro e fora dos quartéis torna evidente que nada, mesmo nada, terá

E disse-se mais: que todos aqueles que pensam que os SUV são algum movimento reorganizativo do MFA ou que o problema reside em mais ou menos oficiais progressistas nos órgãos de poder da burguesia, estão redondamente enganados. A unidade é outra: **é a unidade de clas-**

com cartazes de PO-VO/MFA. Por isso é que se afirmou também no fim da manifestação acerca da necessidade de construir os órgãos de poder dos trabalhadores dentro dos quartéis: **as comissões de soldados**

Falou ainda um camarada soldado da exemplar luta do CICAP e do RASP, que foi demoradamente aplaudido, e gritando por todos os presentes que **«O CICAP é do povo, não é do veloso»**. Foram lidas moções de trabalhadores, do R.I. de Abrantes, do RALIS e de outros quartéis. Foi guardado um minuto de silêncio de homenagem a um camarada soldado do RE1 vítima de um acidente de trabalho ao serviço de uma comissão de moradores.

E ali ficou bem claro aos olhos de toda a gente que a vitória é certa e que o sr. Charais e todos os seus acólitos que defendem a disciplina reaccionária e militarista e que são apoiados pelas forças fascistas e contra-revolucionárias (PPD e PPS) mostraram e mostram ser maus merceiros que constantemente se enganam nas percentagens.

Onde estão os 80 por cento das FFAA?

SUV VENCEU! SUV VENCERA!

um comentário...

CHARAIS E OS SUV

Para o sr. Charais, como ele próprio disse, os soldados são «levados» para as manifestações de rua por organizações pretensamente apertidárias que fomentam a indisciplina, os ataques ao MFA e às Forças Armadas, e que «pertencem a outra Revolução, que não a do MFA» (acrescentando logo a seguir, ao ver que se tinha descaído: «ou o que é mais certo à própria contra-revolução»!).

É bem certo: os soldados, os SUV, são contra-a-«revolução» da burguesia fardada ou não, são pela «outra» revolução — a Revolução Socialista.

Por seu lado, Charais só mostrou foi estar bem consciente da diferença que existe entre a Revolução dos operários e camponeses, soldados e marinheiros, que unidos vencerão a «revolução» que ele e outros à civil apregoam.

força para deter a unidade entre trabalhadores, soldados e marinheiros, sargentos e oficiais revolucionários no esmagamento da contra-revolução e na construção do poder novo, do poder popular. E isto foi afirmado por camaradas soldados no fim da manifestação.

se acima referida que **há-de destruir o exército burguês e construir um exército novo, o exército popular revolucionário**. Por isso é que não pasamos de saudosistas aqueles que no dia anterior à manifestação chegaram ao cúmulo de escrever a palavra SUV

em frente pela criação de COMISSÕES DE SOLDADOS

LEVAR A OFENSIVA POPULAR À VITÓRIA

Quando nós dizemos que existem boas condições para o triunfo da Revolução Socialista em Portugal produzimos uma afirmação fundamentada na análise do processo revolucionário na sua fase actual.

Os dois grandes problemas que os políticos e os ideólogos pequeno-burgueses (civis e militares) erguem para contrariar uma táctica ofensiva lançada para a preparação da ofensiva popular vitoriosa, que são a questão da base de apoio social para a Revolução e a questão da direcção política que assegure a hegemonia proletária no processo da tomada do poder, estão sendo resolvidos na prática da luta de massas e no esforço para a construção da unidade dos revolucionários civis e militares em torno de um projecto político para a nova fase que se avizinha do processo. Enquanto os ideólogos pequeno-burgueses fazem exercícios mentais e flores de retórica em torno das questões centrais da Revolução, nada contribuindo para as resolver e balançando perigosamente para o lado da contra-revolução, **os revolucionários, tomando a cabeça do movimento popular de massas, preparam activamente as condições para avanços decisivos que resolvam decisivamente a favor dos trabalhadores a questão do Poder.**

Os ideólogos e políticos pequeno-burgueses, com ou sem partido, não podem de facto ver mais do que a aparência das coisas, pela sua natureza de classe e por estarem afastados, por razões materiais ou ideológicas, das classes revolucionárias consequentes; não são capazes de distinguir no processo que se desenrola debaixo do seu nariz entre os factos ocasionais e os factos orgânicos ao próprio processo revolucionário, entre os aspectos acessórios e os essenciais que determinam a correlação de forças em cada momento no combate de classes e na sua expressão política, no movimento de massas e nos partidos e movimentos revolucionários.

Assim, já quando eclodiu o 25 de Abril, esses intelectuais e políticos pequeno-burgueses **não foram capazes de discernir a verdadeira natureza do M.F.A.**, o seu processo ocasional na nova fase aberta de luta de classes, condenado a morrer às mãos de um poder novo assumido e exercido pela classe operária, as suas organizações próprias e as suas vanguardas, ou às mãos de um poder burguês, autoritário com ou sem fachada democrática. **Assim, todas as correntes pequeno-burguesas, reformistas, radicais ou ultra-esquerdistas foram levadas a uma de duas atitudes:** condenar o M.F.A. como um todo tratando-o como fenómeno aberrante e agente exclusivo de uma manobra da burguesia e do imperialismo para salvar do naufrágio o capitalismo e o poder burguês ou como uma panaceia que, caminhando na frente do movimento popular de massas ou acompanhando-o em estreita aliança (aliança Povo-M.F.A.) seria necessário preservar como factor orgânico ao próprio processo revolucionário, definido tantas vezes como «vanguarda nacional» ou até «movimento de libertação».

SUV - os trabalhadores fardados

Hoje, como no 25 de Abril de 1974, nova surpresa estava reservada a esses partidos, movimentos políticos e ideólogos pequeno-burgueses; não vendo mais do que a aparência dos fenómenos e agarrados desesperadamente aos manuais ou às ortodoxias, não vislumbram no movimento de massas uma nova componente — **os soldados e marinheiros** — que impulsionada e organizada nos S.U.V., fazem entrar activamente no campo

da luta de classes uma massa imensa de explorados e oprimidos, portadores também dos interesses proletários com enorme vantagem de juntarem à ideologia própria das camadas sociais exploradas e oprimidas que a burguesia designa por «bárbaras», «SUViéticas» ou «selvagens», **a força das armas que manejam.**

País real - minoritária é a burguesia!

Quando se fala da base social necessária para o avanço, estagnação ou retrocesso do processo revolucionário e se está a fazer a revolução, não se pode desligar o tratamento dessa questão essencial e retirar dela as ilacções práticas e estratégicas pondo de lado a análise concreta do processo que se desenrola debaixo dos nossos olhos. É fundamental ter atenção e analisar os factos determinantes do processo revolucionário e que lhe dão corpo. A correlação de forças mede-se a partir da observação prática e rigorosa da disposição, de passividade ou grande actividade, de que as classes, para além da sua existência sociológica, dão mostras na cena da luta de classes. **O processo revolucionário não é um espectáculo em que alguns participam enquanto outros observam.** É um processo vivo em que se degladiam interesses de classe antagónicos e contraditórios e protagonizado por homens dotados de vontade e de cuja organização sistemática, determinada em última instância pelo grau de consciência adquirida na luta, dependem os êxitos e os fracassos, as vitórias e as derrotas.

Em Portugal a burguesia tendo acedido de novo à governação não tem no entanto meios para pôr em prática os seus projectos, embora disponha de uma maioria dos sufrágios em qualquer eleição burguesa numa lógica de democracia formal.

A burguesia não está em condições de exercer o poder, de governar. A burguesia no poder encontra pela frente o Poder Popular que significativamente ridiculariza, menospreza ou procura reduzir a simples «experiência de profeta». Várias fórmulas que significam a consciência aguda que os dirigentes políticos mais lúcidos da burguesia têm da organização e da determinação dos trabalhadores da cidade e do campo, fardados ou não fardados.

A burguesia encontra pela frente uma crise económica e social galopante e um conjunto de medidas que atacaram fortemente a grande burguesia financeira e industrial e os grandes proprietários rurais.

Para governar a burguesia só tem um caminho: vergar as massas populares, esmagar as conquistas revolucionárias do povo trabalhar, reprimir porque não possui força económica nem ideológica para enganar e manietar os trabalhadores.

Com umas Forças Armadas que não pode utilizar como instrumento repressivo, de forma sistemática e organizada, resultado de toda a desorganização do aparelho de Estado burguês, e que a voz dos soldados e marinheiros, oficiais e sargentos progressistas e revolucionários se faz ouvir cada vez com mais força, **a burguesia que só pode governar pela força, não tem força!** Enquanto não criar um corpo especial de repressão — AMI ou outro — a burguesia não poderá sequer ter a veleidade de governar, estando remetida a afirmar desesperadamente que quer governar! Que quer ordem e disciplina!

Por outro lado a classe operária, os trabalhadores assalariados da cidade e do campo, largas camadas da pequena burguesia produtora e de serviços, os trabalhadores fardados

— soldados e marinheiros — significativo contingente de oficiais e sargentos do Q.P., não podem mais viver debaixo da ordem burguesa e sujeitos à exploração e opressão capitalistas.

As massas populares, os soldados e demais militares progressistas e revolucionários não podem mais tolerar a ordem burguesa, a exploração e opressão capitalistas, porque se não derrubarem, se não tomarem nas suas mãos o poder de Estado, permitirão que a burguesia ganhe a força que necessita, permitirão que as conquistas revolucionárias sejam esmagadas, serão empurrados para uma vida de miséria, de repressão violenta e opressão odiosa.

A burguesia com o Poder de Estado na mão, não tem poder para o exercer! As massas com uma organização crescente, com uma vontade revolucionária que em aspectos parciais já se transformou em poder, com algumas conquistas já obtidas, só terão capacidade para defender tudo isso se tomarem o poder de Estado.

Unificar a vanguarda de classe

Estão assim criadas condições para a vitória da ofensiva popular. **Mas não existe partido revolucionário!** A vanguarda de classe está dispersa por várias organizações e partidos, dividida por divergências e por concepções opostas acerca do destino estratégico do curso do processo revolucionário. Também acerca desta questão central os intelectuais e políticos pequeno-burgueses, os partidos e movimentos sob a hegemonia dos interesses e da ideologia pequeno-burguesa só são capazes de tomar uma de duas posições: afirmar-se e proclamar-se como vanguarda incontestada da classe operária e do processo revolucionário, já constituída ou a constituir, ou cruzar os braços lamentando a impossibilidade histórica de fazer a Revolução sem partido e não fazer a revolução porque não há partido, para depois fazer a revolução. Por aqui baloizam todos os intelectuais pequeno-burgueses que aspiram aos lugares de topo do poder que exerceriam um belo dia em nome dos «sagrados interesses do proletariado».

Os revolucionários, a classe operária, e todos os trabalhadores, fardados e não fardados, não ficam tolhidos pela discussão dos «grandes problemas teóricos» da revolução, não assistem impávidos e serenos ao avanço das forças fascistas, social-democratas, capitalistas, antes pelo contrário, respondem-lhe taco a taco, desenvolvendo a sua luta e a sua organização. A criação da vanguarda de classe do proletariado não se faz exteriormente à luta de massas, a luta do povo trabalhador contra a opressão e exploração capitalista. Por isso a revolução não espera pelo «verdadeiro partido revolucionário».

É no fortalecimento do movimento popular de massas, na organização do Poder Popular e no desenvolvimento da organização autónoma dos soldados; é no reforço da unidade na acção dos revolucionários; é na resposta revolucionária às manobras da burguesia e do imperialismo, que a direcção reformista da luta de massas será definitivamente apeada, e que a vanguarda de classe do proletariado será forjada. Se sem teoria revolucionária não há prática revolucionária, a teoria revolucionária ensina-nos que é na prática consequente do combate anticapitalista que a classe operária se organiza, cria os instrumentos de que necessita para vencer e chamar a si todos os aliados no seu caminho vitorioso até à sociedade sem classes.

AVANTE PELA VITÓRIA DA OFENSIVA POPULAR!

A CONVERSA EM FAMÍLIA



Pinheiro de Azevedo dissertou longamente na TV. Sobre a Revolução? Sobre o socialismo? Sobre as tarefas da classe operária? Não! A intenção era outra — apresentar a contabilidade de uma empresa chamada Portugal. Para este administrador por parte do capital não interessa de quem é a empresa, o que produz e para quem. Apenas interessa uma coisa: **que dê lucro!**

Neste momento isso não acontece e o almirante está preocupado. A balança está desequilibrada. Produzimos menos do que consumimos. De quem é a culpa?

Da desorganização capitalista? Das sabotagens realizadas pelos patrões? Do boicote dos países social-democratas? Não! A culpa é dos trabalhadores que andam com a mania das revoluções, só pensam em política e não trabalham!

«Trabalhadores revolucionários são os que trabalham!» — no tempo do fascismo é que havia revolucionarismo não era, almirante?

O sistema capitalista está de facto a dar as últimas. A situação das contas do Estado é disso reflexo. O que nos propõe o Governo? O avanço para um sistema

novo, socialista? A planificação da economia? O controlo da gestão pelos operários, impedindo sabotagens e fugas de capitais para o estrangeiro? Nada disso! O Governo acha mais necessário estimular o investimento privado, aumentar alguns preços (de bens essenciais?) e impostos indirectos (coincidência — precisamente os que atingem as classes mais desfavorecidas). Apenas uma conclusão é possível: **o que se pretende salvar não é o País, mas sim o capitalismo! E pretende-se que sejam os trabalhadores a pagar a conta.**

Sobre ocupações de casas, pensa o Primeiro-Ministro que isso aumenta o número de desalojados!!! Porquê? Porque paralisa a iniciativa privada. E assim fica demonstrado que quem constrói as casas são os capitalistas e não os operários? Descaradamente se lança poeira para os olhos como se fosse necessário conseguir o apoio dos capitalistas (nacionais e estrangeiros, atenção aos dólares) para seguir avante com A Revolução! Será? Que Revolução quer fazer: com a ajuda dos capitalistas, almirante?

DISCIPLINA E «CASSETÊTE»

Finalmente a disciplina. Sobre ela disse co-

novas bonitas o Primeiro-Ministro: «a verdadeira e única autoridade é a que é espontaneamente outorgada pelo povo a quem governa, como a verdadeira disciplina é a que decorre da confiança mútua entre governantes e governados». Eis talvez a única afirmação totalmente correcta desta longa «conversa em família».

Adiante se fala na

tes compreenderam que não têm a confiança dos governados, logo que se demitem? Que o Conselho da Revolução reconhece que não foi outorgada, pelos soldados e pelo povo, a autoridade, pondo portanto o seu cargo à disposição do País?

O almirante fala, de facto, em «disciplina revolucionária, nascida do próprio processo, livremente aceite e consentida». Mas referir-se-á

populares que têm mobilizado as massas trabalhadoras — ocupação das rádios, AMI, saneamentos à esquerda, inventonas do PS, encerramento do CICAP, etc — nem uma palavra sobre tudo isto!

Um último reparo — afirmou o almirante «nenhum Governo pode ser revolucionário se o não for o povo por ele governado». Sim senhor! Aqui é que está a verdadeira



«campanha de indisciplina e descrédito militar recentemente surgida que poderia conduzir a uma situação insustentável na medida em que um exército disciplinado e coeso é condição essencial para se poder governar».

De tudo isto, o que se concluiu? Que os gover-

com isso à experiência revolucionária dos soldados do RASP e do CICAP, ou ao bando de mercenários que anda a reunir para formar o AMI, nova polícia de choque?

Francamente, não confiamos, almirante!

De facto, em tão longa conversa, só não se falou em nenhuma das medidas reaccionárias e anti-

explicação para o reaccionarismo do VI Governo! A culpa é do povo! Demita-se o povo e a Revolução avançará!

Já por certo tiveram por base problemas deste tipo as «emigrações» para o Brasil de Tomás, Caetano e Spínola. E diz-se até que lhes faz falta um parceiro para jogar à sueca...

Poder Popular
jornal semanal
— todas as 2.ª, 4.ª, 6.ª, 8.ª, 10.ª, 12.ª feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração Redacção
Av. D. Carlos I - 128, Lisboa
telefone 66 26 82

Composição e impressão
Renascença Gráfica, SARL
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

NA AFIRMAÇÃO DO PODER OPERÁRIO

Poder Popular MARMOZ crise nas pedreiras...

6 meses 100\$00 12 meses 200\$00
apoio 400 \$ 00
estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Profissão _____

ENVIO CHEQUE N.º _____ BANCO _____
 ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____

São cerca de 200 o número de trabalhadores das 3 pedreiras que «dão vida» à empresa MARMOZ — (Mármore de Estremoz).

Quem pela primeira vez observa as pedreiras logo se apercebe das condições desumanas em que os operários trabalham — utilização constante de força física, insegurança permanente (o número de acidentes mortais é elevado) e uma poeira, resultante do cor-

te da pedra, sempre a entrar para os pulmões...

Era nestas condições, que estes trabalhadores ganhavam miseravelmente antes do 25 de Abril. Os italianos e os japoneses aproveitando-se desta sobreexploração e da boa qualidade da pedra, importavam-na para depois a venderem a preços muito mais elevados. Havia mesmo pedra que saía de Estremoz já com a inscrição de «mármori de carrara»...

Depois do «25 de Abril», acompanhando a luta dos trabalhadores rurais, os operários movimentaram-se, chegaram a vir a Lisboa ao Min. do Trabalho, e conseguiram de facto um aumento salarial.

No entanto de alguns meses para cá o pagamento tornou-se cada vez mais irregular, não tendo recebido praticamente nada. O boicote dos países capitalistas importadores e uma má

administração, explicam em parte, o facto. Os trabalhadores é que não ficaram parados, têm-se reunido e discutido a sua situação, e, no imediato, já têm uma proposta: **passar o patrão — José Brito — à condição de trabalhador, e o Estado tomar conta da empresa.** E neste sentido que tem evoluído a sua luta. «PODER POPULAR» pensa poder inserir no próximo número uma entrevista com um grupo de trabalhadores da MARMOZ

LAGOS. PORTIMÃO. SILVES. VILA REAL. FARO.-na rua o poder popular

face ás provocações
sociais-democratas,
os revolucionários
e os órgãos de poder popular
não se fizeram esperar!
imediatamente
o s trabalhadores realizam
5 grandes manifestações...



O Partido Socialista, está desesperado.

O P.S. de tudo tem lançado mão: do boato, da calúnia, da divisão dos trabalhadores, da divisão dos militares, dos apelos à violência no sentido evidente do assalto ao poder. Assim arrogantemente, pretende dar ordem de despejo ao governador civil de Faro, numa atitude aventureirista, pretendendo lançar a inquietação no povo Algarvio, isto como é natural, pela simples razão do governador não defender as suas posições.

Ora a questão que se põe não é a do governador civil ser ou não de tal ou tal partido, mas sim o saber-se quais as ideias que defende e de que lado da barricada se encontra; se apoia as classes trabalhadoras, se defende e procura impulsionar os órgãos de poder popular, se é pela revolução Socialista, ou se pelo contrário é a favor de posições de direita ou sociais-democratas.

A Federação Distrital do Algarve do auto denominado «grande partido socialista», e que, valha a verdade, até hoje nun-

ca foi visto no Algarve; nem nos locais de trabalho, nem em manifestações de rua, nem em realizações concretas em prol dos explorados e oprimidos do distrito lançou fanfarronadas procurando intimidar os trabalhadores, o que fez com certeza, com o medo das últimas manifestações realizadas neste distrito, em que as Comissões de moradores e de trabalhadores mos-

tram bem a sua força.

Mas os revolucionários e os órgãos de poder popular não se fizeram esperar. Imediatamente a FUR conjuntamente com o P.C.P., convocam 5 grandes manifestações para Faro, Lagos, Silves, Portimão e Vila Real e mobilizam as massas populares algarvias.

No final de todas as manifestações foi lida a seguinte intervenção:

INTERVENÇÃO FINAL

A partir de 25 de Abril de 1974, assiste-se a todo um processo de desalojamento dos elementos fascistas que ocupavam cargos nas autarquias locais. Neste sentido foi absolutamente justa a acção revolucionária, e não legalista, de substituir os fascistas por elementos que militavam em organizações, na altura em melhores condições de tomar esses cargos. É de referir que este processo teve então, em muitos casos o apoio do Partido Socialista.

A fase do processo de luta era diferente do que é hoje: estava-se numa fase meramente anti-fascista. Pouco a pouco a unidade na base anti-fascista degrada-se, o processo toma cada vez mais uma feição claramente anti-capitalista apontando para o Socialismo.

É a partir de então que as divergências se acentuam, e o P.S. toma cada vez mais posições de entrave ao processo no sentido do Socialismo. Com o pretenso aval dado pelo povo nas eleições de 25 de Abril de 75, a direcção do P.S. lança-se claramente numa escalada pela conquista de posições no aparelho de estado ao mesmo tempo que vai denegando as estruturas unitárias de base nascentes (Comissões de moradores, Comissões de trabalhadores, Conselhos de aldeia etc.).

A todas estas acções, têm os revolucionários (civis e fardados) dado a firme resposta de massas. Também aqui no Algarve os revolucionários sabem defender as suas conquistas.

O facto de estarmos aqui prova-o bem.

Ao exigirem o afastamento do governador civil, os Sociais-Democratas do Algarve do P.S., dão continuidade à política da sua direcção nacional, isto é:

- Pretendem a conquista dos órgãos político-Administrativos do Distrito.
- Pretendem o reforço das posições direitistas nos quartéis.
- Pretendem a destruição dos órgãos militares de Poder Popular.
- Pretendem a consumação dos saneamentos à esquerda.

Numa altura em que no Algarve já se faz propaganda do MDLP de Spínola, a direcção regional do PS, aponta as suas baterias, não para o combate aos fascistas, mas para sanear o governador civil e atacar os os órgãos de Poder Popular.

Perante isto as tarefas que se põem aos revolucionários é a de empenhar todos os esforços na consolidação da unidade revolucionária e avançar na organização dos órgãos de Poder Popular, de modo a travar a escalada social-democrata e impedir o retorno do odioso regime fascista, que objectivamente a direcção do PS favorece, e preparar-se para a tomada do poder instaurando uma sociedade sem explorados nem explorados.

**A REVOLUÇÃO TRIUNFARÁ!
ORGANIZAR, ARMAR PODER POPULAR!**



A POSIÇÃO DA FUR

A direcção nacional do PS tem levado a cabo, um pouco por todo o País, uma campanha de desestabilização da vida nacional.

Toda esta campanha visa a instauração do «estado de sítio», no sentido de acorrentar o grande movimento de massas e salvar os interesses ameaçados da burguesia nacional e do imperialismo internacional de que eles são um dos agentes internos.

E na sequência destes acontecimentos que se deve analisar a campanha iniciada pela direcção regional do PS. **Mais do que conseguir a demissão do governador civil, o PS visa:**

- a conquista dos órgãos político-administrativos do distrito;
- consumação dos saneamentos à esquerda;
- o reforço das posições direitistas nos quartéis;
- abrir, na prática, o caminho à acção das forças fascistas;

A DESTRUIÇÃO DOS ÓRGÃOS UNITÁRIOS DE PODER POPULAR — Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores, Conselhos de Aldeia, Assembleias Populares e organizações unitárias de soldados e marinheiros;

Será que o PS quer o afastamento do governador civil, porque vê nesse afastamento um passo em frente na destruição do velho aparelho de estado burguês e na construção de um aparelho de estado de tipo novos?

Será que o PS quer o afastamento do governador civil, porque esse afastamento permite o fortalecimento dos órgãos de poder popular e seu progressivo acesso à gestão dos interesses colectivos?

Não!!!

A direcção do Partido Socialista quer é substituir o governador civil por outro que seja por si manobrável e que lhes garanta o fortalecimento de posições partidárias no aparelho de estado burguês, que terá de ser cada vez mais repressivo para manter os privilégios da burguesia, face ao ascenso do amplo movimento de massas a que se assiste, e que dificulte a acção dos órgãos que representam o querer das massas populares: os órgãos de poder popular.

**CONTRA O FASCISMO, CONTRA O CAPITAL, OFENSIVA POPULAR.
PELO REFORÇO DO PODER POPULAR.**

POR UM GOVERNO DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA



Como resultado do bem sucedido golpe de Estado palaciano desencadeado pela direita, a hegemonia social-democrata no VI Governo e no Conselho da Revolução marca uma nova fase no processo revolucionário português.

A nova situação tem a grande vantagem de tornar extremamente claras as posições de classe das forças agora no poder.

Não admira que a grande preocupação dos novos dirigentes seja estabelecer a «ordem» e a «disciplina», sobretudo dentro das Forças Armadas. Mas que ordem e que disciplina? Defende-se a obediência cega à hierarquia militarista! Defende-se a disciplina do

R.D.M. fascista, violada precisamente nos actos revolucionários que foram praticados, a começar pelo próprio 25 de Abril! Em resumo — **pretende-se restabelecer tudo aquilo que foi posto em causa durante ano e meio de revolução!**

Segundo estes democratas as massas populares podem voltar para casa, deixarem-se de «políticas», pois cá estão os Srs. Soares, Carneiro, Antunes e Azevedo que sabem dessas coisas e se «sacrificarão» pelo povo, desempenhando os «ciclóplicos trabalhos» da governação...

Ao serviço de que interesses o farão, é coisa que facilmente podemos deduzir a partir da sua actuação nos últimos quinze dias.

NEM SOCIALISMO NEM LIBERDADE

Várias têm sido as manobras da burguesia em luta por manter a sua ditadura exploradora:

gumentações reaccionárias para as Comissões de Moradores e de Trabalhadores.

1.º Ataque ao Poder Popular — A organização dos trabalhadores é o principal inimigo da burguesia e ela sabe-o. Por isso tenta destruí-la. Não é por acaso que do programa do VI Governo não consta o documento-guia de ligação povo M.F.A. que consagra o Poder Popular. Também não é por acaso que o Conselho Municipal do Porto é dissolvido. Entretanto a Constituinte Burguesa vai criando re-

2.º Reorganização do aparelho repressivo contra as lutas dos trabalhadores

É neste objectivo que se inscreve a campanha pela ordem e disciplina a que já nos referimos. A recente «saudação» de Costa Gomes às Forças Armadas bem poderia ser assinada por Caetano e enviada a qualquer regimento em serviço na guerra colonial.

Os saneamentos à esquerda em várias Unida-

des, a substituição de altos comandos progressistas por notórios reaccionários (casos de Corvacho na R.M.N. e de Pinto Ferreira na G.N.R.), a tentativa de impedir que os soldados se organizem (veja-se a situação na Força Aérea), visam recolocar as F.A. ao serviço da burguesia.

A substituição dos trabalhadores fardados por mercenários é outro objectivo dos que de socialistas só têm o nome.

A tentativa de criação do A.M.I. com recrutamento de «comandos» na disponibilidade visa reorganizar uma **polícia de choque** para reprimir os trabalhadores e os soldados. O método utilizado nem sequer é novo. Já foi assim que o fascista Veiga Simão recrutou os «gorilas» para a sua originalíssima reforma do ensino.

Dentro da mesma jogada se inscrevem as campanhas desencadeadas contra várias Unidades progressistas (CICAP, RALIS, P.M.). Ao mesmo tempo o P.S. promove manifestações de apoio ao fascista assassino Jaime Neves. Nunca pensámos que o P.S. fosse tão longe no seu caminho de traição! Se Tomás e Spínola cá estivessem, já lá teriam tido os «socialistas» à porta a apoiar a sua disciplina.

3.º Controle do Governo sobre a Informação — Pasquins como a Luta, o Jornal Novo, o Tempo ou o Templário mos-

tram-os no que a burguesia gostaria de transformar a Imprensa: instrumento de desinformação ao serviço dos exploradores, na boa linha do Diário da Manhã.

Assim, começa-se por restaurar a **censura**, proibindo-se (sem êxito) que se divulgue o que se passa nos quartéis. Segue-se a ocupação dos emissores de Rádio e T.V., que, se se saldou num fracasso, sempre conseguiu calar a Rádio Renascença.

Também a não concessão do empréstimo ao República se insere na mesma táctica.

4.º Recuperação de algumas das conquistas económicas já alcançadas pelos trabalhadores.

Marcelo Curto, dirigente do P.S. agora em funções no Governo, começou o seu mandato por pôr em causa as lutas dos trabalhadores alentejanos pela **Reforma Agrária**.

Assim, quanto a ocupações de terras, afirma que em 99 por cento dos casos elas se encontravam cultivadas e bem tratadas. Por outro lado a não resolução de graves problemas na concessão de créditos levou já os operários da indústria adubeira da CUF a importantíssima tomada de posição: se não forem tomadas medidas adequadas entregarão os adubos directamente aos trabalhadores rurais.

Diplomas já elaborados pelo V Governo são



postos em causa, como aconteceu com a portaria que provocou as recentes mobilizações dos operários metalúrgicos.

Entretanto são saneadas personalidades progressistas que se encontram em lugares-chave da economia (caso do Banco de Portugal) e substituídas por «apartidários» do P.S. e do P.P.D.

5.º Arruaças terroristas de tipo fascista, pretendendo criar um clima de estado de sítio.

As provocações reaccionárias e as tentativas de provocar confrontações já são frequentes. Em 30 de Setembro uma manifestação em Lisboa do P.S./ P.P.D. provocou confrontações em frente à Emissora Nacional,

com alguns populares e elementos Deficientes das F.A.

No Porto uma manifestação do P.P.D. levou a larga refrega e tiroteio em frente ao RASP. Dois dias depois, na sequência de uma manifestação do P.S., são atacadas as sedes da U.D.P. e da FEC.

É esta gente que diz defender a ordem e a disciplina!

Só uma pergunta: o que espera a burguesia conseguir ao lutar pela declaração de estado de sítio? Está provado que não dispõe de força para o impôr. Ou cantará com a ajuda dos seus amigos europeus da NATO?

Cabe perguntar! Até onde poderá ir a traição?

GOVERNO DE DIREITA MOBILIZA A ESQUERDA

Este conjunto de medidas reaccionárias e anti-

populares às quais demagogicamente Pinheiro de

Azevedo evitou referir-se na sua recente conversa em família desmascaram totalmente as intenções contra — revolucionários do actual Governo.

As massas trabalhadoras, decididamente empenhadas na luta pelo Socialismo opõe-se firmemente às manobras da burguesia. Ano e meio de Revolução permitiram já um elevado grau de organização e de consciência de classe.

Assim, a tentativa de «transição pacífica para o fascismo» não tem qualquer hipótese de ser posta em prática.

As massas trabalhadoras, com a classe operária à cabeça, respondem golpe a golpe. As vitórias são muito maiores que as derrotas.

E com o desenrolar da luta vai aumentando a mobilização e a organização. Bem podemos

afirmar que nunca a ofensiva popular foi tão forte! **De facto o VI Governo reaccionário tem contribuído mais para organizar as massas trabalhadoras do que os anteriores!**

Por outro lado, a quase total expulsão do P.C. do Governo, obriga este partido a, transitóriamente, abandonar a política de namoro com a social-democracia e «autORIZAR» os seus militantes a lançarem-se abertamente na luta.

Se tal decisão foi difícil e demorada (no dia 29 de Setembro ainda estava recolhido em meditação), hoje ela faz-se sentir em várias frentes.

Nunca, desde o 25 de Abril, víamos sindicatos tão combativos, tomadas de posição tão revolucionárias...

Mas significará isto que o P.C. abandonou a

sua estratégia reformista? A ofensiva de direita tê-lo-à feito abandonar a sua política de conciliação? Estará ele agora interes-

sado em desenvolver o Poder Popular e em destruir as estruturas do Estado burguês (em vez de as tomar de assalto)?

REFORMISMO E REVOLUÇÃO

É fundamental que as massas trabalhadoras compreendam claramente as razões por que a resposta é negativa. Isso depende a possibilidade de levar a bom termo a actual ofensiva popular, dirigindo-a abertamente contra os exploradores e evitando que ela seja recuperada para uma nova conciliação com as forças da burguesia (a actual palavra de ordem «P.P.D. fora do Governo» mostra já que o P.C. prepara novos compromissos com o P.S.).

Face à política ultra-direitista dos actuais governantes, apostados em restaurar as posições perdidas pelo capitalismo, é óbvio que tanto as forças reformistas como as forças revolucionárias estão empenhadas em dar-lhes combate. **O actual Governo e o C.R. são inimigos a abater.**

Mas isto não significa que os objectivos e as propostas alternativas sejam semelhantes. As perguntas: «atacar como?» «atacar para quê?» reformistas e revolucionários respondem de modo radicalmente diverso.

O reformismo, dentro da única lógica que co-

nhece, pretende alcançar o máximo de peso dentro do aparelho de Estado burguês. Para ele o movimento de massas, a força enorme do proletariado não constituem a base e a garantia da construção do Socialismo. Estes factores serviriam apenas para impressionar a burguesia, valendo apenas como argumento para negociar com ela a partilha dos centros de poder e do aparelho de Estado, em cada nova fase de conciliação.

Neste sentido apontam já as palavras de ordem gritadas em algumas recentes manifestações que têm patrocinando: P.P.D. fora do Governo e «mais militares de esquerda no Conselho da Revolução». O que significa isto?

P.P.D. fora do Governo — Aponta para a recomposição mais à esquerda de um Governo do tipo que temos tido. Sairia o P.P.D., entraria a F.U.R.... o que teríamos?

Um novo Governo de conciliação onde o P.S. representaria os interesses da burguesia e se oporia a quaisquer medidas que significassem efectivos avanços no sentido do socialismo (aliás

sabe-se que o P.S. não aceitaria participar em tal Governo pois exige como parceiro o seu filhote P.P.D.).

Mais militares de esquerda para o C.R. — Isto é uma das formas por que se manifesta a ideia da «reconstituição do M.F.A.» Ora é importante que se afirme claramente que o **M.F.A. como organização democrática burguesa, como organização de oficiais já deu o que tinha a dar** — criou as condições para que os verdadeiros intérpretes da construção do socialismo, os trabalhadores, os soldados e marinheiros e todos os explorados, se organizassem para, lutar pela sua emancipação.

Assim, o objectivo da luta nos quartéis não pode ser a recuperação de postos-chave por oficiais

progressistas (aliás a maioria dos oficiais é reaccionária).

O objectivo neste momento, tem de ser a organização autónoma e de classe dos soldados e marinheiros.

Os reaccionários, a maioria dos oficiais (os 80 por cento dos que falavam «os nove») têm de ser expulsos dos quartéis e de todos os lugares onde possam entrar a caminhada para o Socialismo.

Aos soldados e marinheiros, trabalhadores fardados, caberá o papel decisivo na construção do Exército Popular, braço armado do Estado Socialista por que lutamos. A seu lado apenas os oficiais revolucionários que sem ambiguidades tenham feito a sua opção de classe ao lado dos explorados.

PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Ficam assim bem claras as razões por que afirmamos que estando empenhados no mesmo combate que o P.C. contra o VI Governo e o C.R., não o fazemos na mesma perspectiva nem com os mesmos objectivos.

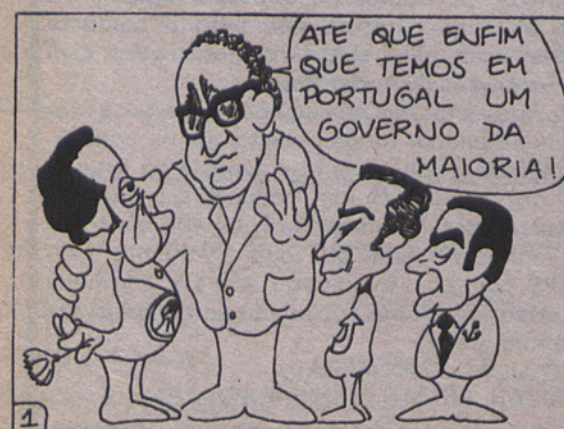
Para os revolucionários, não se trata de conseguir um novo equilíbrio, mais favorável (?) dentro do aparelho de Estado burguês. Não se trata de colocar esse aparelho «ao serviço dos trabalhadores».

A tarefa da classe operária e das massas de

explorados não consiste em **mostrar** a sua força para conseguir novas migalhas.

Para os revolucionários, a força e organização dos explorados serve para realizar o ataque e destruição dos seus inimigos de classe — a burguesia exploradora.

O nosso objectivo é a **tomada de poder, a destruição do Estado burguês e a construção do Estado Socialista que terá por base a organização do Poder Popular.**



ANGOLA

As pretensões neo-coloniais do VI Governo

Pela boca de Melo Antunes, na O.N.U., o VI Governo provisório reafirmou a sua política em relação a Angola: reconhecimento dos três movimentos de libertação como legítimos e iguais representantes do povo angolano, tentativa de conciliação entre eles, e no caso de esta falhar, entrega da questão à O.N.U. Como o M.P.L.A. já afirmou claramente que não se sentará à mesa com os movimentos fantechos, pode dar-se como certo que o VI Governo vai promover a internacionalização do conflito, continuando a defender que se trata de movimentos rivais que entre si disputam o Poder.

Esta política criminoso não surpreende ninguém: ela não podia ser outra, porque é esta a política que serve os interesses daqueles de quem o Governo defende e às ordens de quem está: o imperialismo americano e o sub-imperialismo europeu. As pressões de Ford e de Giscard bem se fazem sentir. Mas elas até nem seriam necessárias: porque a mesma é logicamente a política do P.P.D., do P.S., e das facções direitistas das Forças Armadas, que hoje dominam as instâncias do Governo. Pois não tem o P.S. sempre apoiado a F.N.L.A. e Mobutu? Pois não foi o exército colonial, hoje bem instalado no Conselho da Revolução e nos seus apoios militares, que armou e promoveu a U.N.I.T.A. e entregou instalações militares intactas à F.N.L.A., enquanto exercia represálias assassinas contra o M.P.L.A.?

Nada disto é surpresa, porque tudo é bem coerente. Mas é bom que se ponham a claro algumas conclusões.

1. Os apregoados campeões da descolonização são reduzidos às justas proporções

A acirrada defesa dos Acordos do Alvor — sistematicamente e impunemente violados pela F.N.L.A., declarados suspensos pelo próprio Governo português, mais do que ultrapassados pelas realidades — não se baseia evidentemente em qualquer sacrosanto respeito por compromissos internacionais: é uma atitude política deliberada a favor dos movimentos fantechos F.N.L.A. e U.N.I.T.A. que, não dispondo de qualquer apoio popular, vão perdendo progressivamente terreno, apesar dos enormes apoios externos de que vivem.

A recusa reiterada da transferência de poderes para o M.P.L.A. na data de independência, o qual controla e reconstrói, com o apoio popular, quase todo o território angolano, não se deve ao facto de algumas zonas deste estarem ainda nas mãos dos pseudo-movimentos: é uma atitude de hostilidade declarada à luta heróica e prolongada do povo angolano por uma independência total e completa.

Estes factos comprovam que políticos como Soares ou Melo Antunes não tiveram qualquer mérito na descolonização da Guiné ou de Moçambique, nos acordos de Argel ou de Lusaca: eles apenas fizeram ver aos ultra-colonialistas, como Spínola, as razões e o poder do P.A.I.G.C. e da Frelimo.

Hoje, o neo-colonialismo desses políticos foi posto a nú.

2. A tão apregoadada descolonização exemplar é um mito ou uma burla

A resolução relativamente rápida e pacífica dos processos de descolonização na Guiné/Cabo Verde e em Moçambique não se ficou a dever ao Governo português: foi o resultado inexorável do poder dos respectivos movimentos de libertação e da recusa dos soldados do exército colonial em continuarem a morrer. Estes factos não consentiram qualquer espaço de manobra às ambições neo-coloniais, que nunca deixaram de estar representadas nas instâncias do poder político-militar português após o 25 de Abril.

Os verdadeiros testes da descolonização foram os chamados casos complexos — Timor e sobretudo Angola — onde os movimentos de libertação (Frelimo e M.P.L.A.), mercê de condicionaisismos geo-políticos particularmente desfavoráveis, tinham pela frente organizações fantechos a soldo do imperialismo. Aqui, sim, teria havido oportunidade para afirmar uma eventual exemplaridade, que só seria possível se as forças progressistas e revolucionárias controlassem efectivamente o poder no nosso país dirigindo assim todo o processo de descolonização. Tal exemplaridade seria deste modo concretizada numa aliança com os movimentos de libertação, contra as forças de imperialismo, e teria diminuído consideravelmente os custos humanos e materiais que os povos de Timor e de Angola estão a pagar no seu combate por uma independência real e completa.

Não teria sido possível a invasão do Norte de Angola pelo Zaire, nem o regime de caos e de terror instaurado pela U.N.I.T.A. no planalto, nem a iminente invasão de Timor por forças a soldo da Indonésia. Igualmente teria sido muito menor o êxodo das centenas de milhares de retornados — uma tragédia para os próprios, e um problema gravíssimo para Portugal e para Angola.

É pois preciso que fique bem claro: o sangue que tem corrido em Angola e Timor, e que correrá ainda, as destruições materiais, o drama dos retornados, não se devem às chamadas lutas entre movimentos rivais: elas devem-se em grande parte à política pró-imperialista desenvolvida a nível do poder político-militar em Portugal e nas colónias, cujos responsáveis não estão todos no exílio, como Spínola, mas estão mais instalados que nunca nas cadeiras do Governo.

3. A invocada justificação da não-ingerência nos assuntos internos de Angola é uma falsidade

O povo angolano, pelo menos desde o 4 de Fevereiro de 1961, optou pelo M.P.L.A. Optou pelo M.P.L.A. do mesmo modo que os povos da Guiné/Cabo Verde optaram pelo P.A.I.G.C., o povo de Moçambique pela Frelimo, o povo de Timor pela Frelimo.

Do mesmo modo ainda como o povo da Argélia optou pela F.L.N., os povos do Vietname, de Laos e do Camboja optaram pelos movimentos de libertação que os levaram à vitória em longas guerras de libertação.

No seio de todos estes povos o imperialismo organizou partidos fantechos, dotados de poderosos meios e de muito dinheiro, e que em certos casos e certos momentos lograram dividir e confundir o povo. Mas perante estes movimentos fantechos os verdadeiros revolucionários de outros países nunca hesitaram, nunca disseram que não queriam ingerir-se nos assuntos internos dos outros povos: eles sempre souberam distinguir os movimentos que exprimiam as aspirações nacionais e os interesses das massas populares, daqueles que encobriam interesses estrangeiros, (o M.N.A. da Argélia, a F.L.I.N.G. da Guiné e a C.O.R.E.M.O. de Moçambique já foram para o caixote do lixo da História, como hão-de ir a F.N.L.A. e a U.N.I.T.A.).

Quem hesita, quem diz que não pode escolher, invocando uma falsa neutralidade, são os contra-re-

Continua na pág. 9



Agostinho Neto:

«Temos neste momento, dentro do País algumas ilhas tréguas que alguns querem chamar «zonas de influência». Mas estas zonas de influência só o são se nós as considerarmos como zonas de influência do Zaire. Não são zonas de influência dos Angolanos. São dos Zaienses. E na medida em que nós estamos a combater forças que nos invadem o País desde há longos meses, nós não podemos deixar de mobilizar todo o nosso Povo para que organizadamente, disciplinadamente possamos fazer a Resistência Popular para atestar do nosso País não somente os soldados estrangeiros, não somente os mercenários, mas também as ideias reaccionárias que eles transportam. Por isso esta Resistência Popular Generalizada não deve ser compreendida apenas como uma formação de soldados, de mais soldados que conjuntamente com as FAPLA, vão fazer a defesa física do País.

A Defesa Generalizada tem de ser compreendida em toda a sua extensão, quer dizer que há

há várias maneiras de resistir ao inimigo

várias maneiras de resistir ao inimigo. Temos resistência quando produzimos mais, quando tentamos resolver os problemas da nossa economia. Estamos a resistir à sabotagem, ao bloqueio que o imperialismo quer fazer na nossa Terra. Estamos a resistir contra a falta de produtos, contra a falta de matérias primas, para que a nossa vida se normalize.

Por isso dizemos que Produzir é também Resistir. E há outros aspectos: nós durante a época colonial fomos renegados à ignorância. O nosso Povo é ignorante de uma maneira geral. Tem uma cultura bastante fraca em relação aos outros Povos do Mundo. A sua instrução ainda deixa bastante a desejar, e por isso dizemos que Resistir é também Aprender, é aumentar o nível de cultura, é trabalhar incessantemente para o progresso, para a elevação do nível das populações em todo o nosso País.

Esta resistência multiforme, que nós devemos fazer perante a ameaça inimiga que tem como a sua forma principal o combate armado, deve ter

a participação de todo o nosso Povo. O nosso Povo todo inteiro deve entusiasmar-se para poder de facto impedir que o nosso País, quer a Norte, quer a Sul, possa vir a ser dominado pelos estrangeiros. Portanto, os camaradas que se inscrevem na Organização da Defesa Popular, terão que ter em consideração o facto que não é só combater com as armas na mão, que é resistir.

O combate é a forma principal. Mas há também a Produção, há também a Instrução, há o aumento da cultura, que devem ser a preocupação de todo aquele que pretende defender o nosso Povo. E não esqueçamos o motor para fazer viver todas estas intenções, que é o aumento do nosso nível político-ideológico para compreendermos bem o carácter do inimigo, a essência da nossa luta e o significado daquilo que nós queremos construir — a Angola Progressista, dentro da qual o Homem Novo, o Homem capaz de ser Universal, possa existir, viver e trabalhar.»

ANGOLA

Continuação da pag. 8

volucionários, os que fazem o jogo do imperialismo; ao recusarem reconhecer os verdadeiros movimentos de libertação, ao darem o direito de cidade às organizações mantidas pelo imperialismo, é porque estão também ao seu serviço, e desmascaram-se perante a solidariedade internacionalista dos que lutam pela libertação dos explorados e oprimidos de todo o Mundo. Bem podem invocar a não-inferência: eles fazem afinal uma opção bem clara — colocam-se do lado da barricada onde estão os exploradores e os opressores.

4. A agora invocada semelhança com a política externa da China Popular é uma traição às lutas de libertação

Para justificar esta política de pretensa neutralidade, Vítor Crespo vem agora dizer que a política do VI Governo é afinal semelhante à da China Popular: reconhece por igual os 3 «movimentos de libertação». A China, orientada por razões da sua política externa no contexto da política mundial dos blocos, já mostrou mais de uma vez que despreza e manda para a morte os patriotas que noutras partes do Mundo lutam pela libertação dos seus povos e os revolucionários que combatem pela causa proletária. Nas florestas do Norte de Angola, os combatentes das F.A.P.L.A. que, na 2.ª guerra de libertação nacional lutam contra o invasor zairense, morrem com balas fabricadas pelos operários de alguma comuna de Xangai e às mãos de mercenários treinados por peritos militares do exército popular de Pequim e comandados por oficiais fascistas portugueses.

A China fez efectivamente a sua escolha, que é a mesma (não por acaso) de Giscard e de Ford; que é a mesma (necessariamente) das organizações que em Portugal se reclamam falsamente do marxismo-leninismo, e que é a mesma (naturalmente) do VI Governo provisório. Esta política tem um nome, quando praticada por auto-intitulados revolucionários: é uma política de traição à causa dos explorados e oprimidos. E ela não deixa de o ser, mesmo quando se acoberta com o silêncio.

5. A política do VI Governo é de sabotagem da amizade entre os povos angolanos e portugueses

Não será a recusa do actual e precário Governo português (e do Conselho da contra-revolução) em transferir os poderes para o M.P.L.A. no dia 11 de Novembro que irá impedir este Movimento de assumir as responsabilidades históricas que lhe cabem no momento da independência. Uma vez mais fica bem claro que a liberdade dos povos não se outorga — conquista-se. O povo angolano, em luta aberta desde 1961, sabe-o tão bem como os povos da Argélia, do Vietname, da Guiné de Cabo Verde e de Moçambique. Mas essa recusa, tal como toda a política anterior de que é o prolongamento, está o povo angolano a pagá-la bem caro, numa luta heroica e imparável pela libertação e unificação do território nacional.

E não só o povo angolano de origem africana, como também centenas de milhares de angolanos de origem europeia, que consideram — com todo o direito muitos deles — a terra angolana como sua.

Chegará a hora em que essas multidões de retornados, assim como hoje se reconhecem vítimas do regime colonial fascista, hão-de abrir os olhos e reconhecer que foram mais vítimas ainda da política pró-imperialista do poder burguês do após 25 de Abril — desse mesmo poder que hoje os acolhe com lágrimas de crocodilo.

É verdade que, assim como os combatentes das ex-colónias nunca confundiram os colonial-fascistas com o povo português, assim também o povo angolano não confundirá os sociais-democratas pró-imperialistas agora no poder com o mesmo povo português. As lutas de ambos os povos são neste momento de uma solidariedade, mais do que em qualquer outro momento, bem transparente e efectiva: em Portugal como em Angola, jogam-se lutas decisivas, pelo Poder Popular contra o poder do capital.

A luta pelo reconhecimento da independência de Angola, a luta pela solidariedade com o M.P.L.A., faz parte da luta que o povo trabalhador de Portugal, os operários, camponeses, soldados e marinheiros, travam contra os ataques desesperados da burguesia. Mais do que nunca, a Vitória é certa

Um ano de publicação

Ultrapassou um ano de existência o órgão de massas do MES — Esquerda Socialista, primeiro; Poder Popular, depois.

A sua acção tem tido por objectivo contribuir, de forma lúcida e decidida, para o desmascaramento da burguesia e de todos os falsos amigos do Povo, para a organização das massas de explorados deste país, para o avanço do Poder Popular e da Revolução Socialista.

O futuro julgará o trabalho político realizado, de agitação, organização e luta.

Esquerda Socialista

PRECOS



PRECISAM VIGILANCIA!

Esquerda Socialista

Tarefas dos Revolucionários:



A actual situação política e económica em Portugal exige uma acção política e sindical urgente.

Esquerda Socialista

C. D. R. / C. R. T. — FALSA OPÇÃO



O Poder Popular controla-se no movimento de massas e não na cabeça dos políticos ou conforme os interesses partidários

Poder Popular

O Poder Popular de novo na rua!



LEMBRE EDITORIAL

Alcântara, Ajuda, Campo de Ourique

Encontro para simpatizantes

O Comité de bairro do MES da zona de Alcântara, Ajuda e Campo de Ourique convida todos os simpatizantes destes bairros e proximidades a comparecerem no próximo sábado, dia 18, pelas 21.30 h, na delegação de Campo de Ourique (na Rua Silva Carvalho, 255-1.º) a fim de participarem numa reunião sobre a actual situação política e as tarefas que se impõem ao MES.



ENSINO-escolas e Poder Popular

1. 1. A situação política em Portugal atravessa uma grave crise.

Com efeito, assistimos a um assalto aos centros de poder e decisão por parte da social-democracia, beneficiando do apoio tático ou descarado da direita mais radical, da política conciliatória do reformismo e ainda do aventureirismo esquerdista de certas organizações de carácter pseudo-progressista.

A tomada do poder pela social-democracia não é senão a abertura da ponte que nos conduzirá ao fascismo.

1. 2. Perante isto, impõe-se uma única alternativa: a unidade na acção das Forças de Esquerda Revolucionária em torno de um projecto político baseado na construção do Poder Popular, única forma de unificar as classes trabalhadoras e o povo em geral na luta por uma sociedade sem classes e de contribuir para a construção da vanguarda política de proletariado.

2. 1. A hegemonia conseguida pela esquerda no ano transacto ao nível da Comissão de Gestão, Comissão Sindical e Associação de Estudantes, irá sofrer as consequências do refluxo generalizado que a esquerda atravessa e ainda irá pagar bem caro a falta de uma actuação concertada e os erros cometidos pela Associação de Estudantes que não conseguiu mobilizar os estudantes em torno dos seus objectivos.

3. 1. A célula da E.S.E. do M.E.S. em face a esta análise da situação, considera que se torna fundamental o debate destas questões a um nível alargado com vista à definição de um projecto capaz de unificar os esforços e opor-se decididamente à contra-revolução.

Para já entende que com base no exposto em 1. 2., e considerando ainda a crise profunda do ensino burguês que irá deflagrar a curto prazo, tal projecto terá necessariamente de se apoiar numa perspectiva de ligação da escola às estruturas de poder popular e ainda do afrontamento da direita nos centros de decisão escolar que mais directamente irão suportar a crise.

3. 2. Com efeito só é possível combater eficaz e definitivamente a direita nas escolas colocando-as gradualmente sob o controlo das classes trabalhadoras organizadas, isto porque desde o carácter pequeno burguês da classe docente, passando pelo conteúdo ideológico burguês das matérias ministradas até à estrutura hierárquica do aparelho escolar, a escola não é mais que a principal formadora de quadros da sociedade dividida em classes.

4. Depreende-se, do exposto em 3, que se devem lançar todas as energias para a construção de um forte Conselho de Delegados de Turma, que venha a servir de suporte organizativo para, levando atrás de si todos os professores revolucionários, ser possível erguer uma Comissão Revolucionária de Escola, que consiga levar a cabo uma eficaz ligação da escola aos órgãos da vontade popular já existentes, no caminho para a constituição da Assembleia Popular Local (A.P.L.).

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

VIVA O PODER POPULAR!

A célula do MES na Escola Secundária de Estremoz

O processo de luta do RASP/CICAP, que «Poder Popular» tem acompanhado solidariamente, é um dos mais importantes vividos no nosso país, é um processo de luta exemplar:

— pelo seu conteúdo revolucionário claramente ofensivo.

— pelo carácter de massa que assumiu.

— pela democracia proletária que conseguiu imprimir e manter.

— pela permanente ligação e informação com os órgãos de poder popular.

O comunicado de luta, posto a circular, pela comissão de imprensa, no passado dia 12 põe a claro estes 4 aspectos.

Exactamente pela sua importância «Poder Popular» promove a sua divulgação.

Nenhuma manobra conseguiu fazer parar a sua luta. A ida de Fabião ao Porto é, por si só, a prova da força e do apoio de massa das posições dos camaradas do RASP.

Nem um só dos pontos de Fabião foram concessões — elas são o resultado de todos estes dias de combate. **As principais reivindicações**, expressas atrás: reabertura do CICAP; reintegração de todos os expulsos; nenhuma sanção sobre os camaradas em luta — **foram aceites ainda que com muitas ambiguidades.** Foi uma primeira vitória.

Mas é evidente que a luta não pára! Por um lado os reaccionários vão tentar fazer destas medidas «letra morta», aproveitando-se daquela ambiguidade, e vão mesmo tentar acabar com o CICAP e «lixar» os camaradas do RASP!

Do outro lado, os trabalhadores fardados, as forças progressistas e revolucionárias vão obrigar ao cumprimento destes 3 pontos. **Mas mais:** homens como Pires Veloso não podem continuar à frente de regiões militares! A disciplina militarista tem de acabar! a organização das comissões de soldados tem de avançar!... A luta continuará pois, e para já um novo plenário dos militares em luta ficou marcado para a outra sexta-feira.

1. — A burguesia e os seus agentes nos quartéis perceberam a importância política da nossa luta.

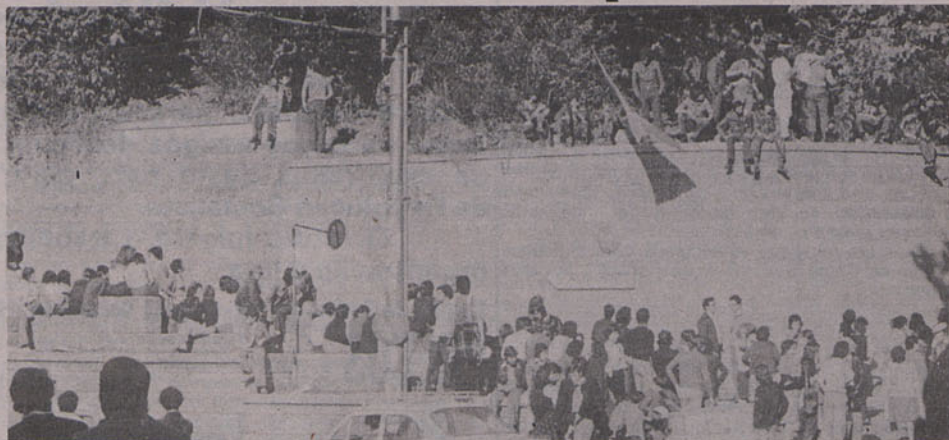
Eles sabem que o encerramento do CICAP é uma peça importante na restauração do controlo militar da Região Militar do Norte pelos oficiais reaccionários. Eles sabem que sem assegurar o controlo das Forças Armadas através da disciplina militarista e do ataque às conquistas dos soldados não podem avançar decididamente na destruição da organização popular.

Por isso, a grande ofensiva

dos capitalistas é, neste momento, nas unidades militares, procurando destruir a organização de classe dos soldados, expulsar os elementos progressistas e restabelecer a hierarquia tradicional no Exército fascista e colonialista. **Este é o primeiro passo.** A que se seguirá o ataque em força às conquistas da classe operária, dos camponeses e de todo o povo trabalhador, às suas conquistas de poder popular.

2. — Para compreendermos correctamente a luta do CICAP e a posição do brigadeiro Veloso é fundamental vermos a flo-

RASP a luta não pára



resta e não apenas a árvore. É fundamental compreender que o brigadeiro mais não representa que os interesses de classe da burguesia e o seu projecto de restauração total do seu domínio.

Deste modo o encerramento do CICAP e os saneamentos à esquerda ordenados pelo brigadeiro Veloso estão integrados na grande ofensiva da direita, a nível militar e civil. Por sua vez a nossa luta contra essas medidas assume o seu verdadeiro significado político como luta que diz respeito a todos os soldados e marinheiros, aos operários e camponeses e a todo o povo trabalhador com vista à destruição da exploração capitalista.

Vivemos o momento em que ou os explorados e oprimidos avançam ou a burguesia nos esmaga.

Nós, as massas populares temos compreendido isto. Por isso, a nossa determinação e unidade fortalece-se dia a dia até à vitória.

3. — A nossa luta representa também o aprofundamento de algumas experiências de democracia e de poder de organização que temos vivido ultimamente dentro dos quartéis. No RASP, apesar de alguns erros cometidos e das limitações resultantes da rapidez com que os acontecimentos se sucedem, temos vindo a construir um novo tipo de relações e a avançar a experiência de um novo poder.

Quem decide é o plenário dos militares em luta, face ao qual todos os órgãos eleitos são responsáveis e a todo o momento destituíveis. As leis que governam a nossa luta são as leis que saem da nossa vontade colectiva expressa no plenário. A tradicional divisão entre os que mandam e pensam e os que executam e são embutridos desapareceu nos seus aspectos essenciais.

Na nossa experiência recolhem-se ensinamentos que são um enriquecimento não só para nós como para todo o povo trabalhador, fardado ou não.

Na nossa experiência encontramos a semente dos princípios de funcionamento do que será o Exército Popular Revolucionário numa sociedade em que os trabalhadores detenham o Poder.

4. — O brigadeiro Pires Veloso e os oficiais reaccionários não desistem na tentativa de nos dividir dos nossos camaradas nos quartéis e das massas populares e de nos tentar desmobilizar. Assim:

— No Regimento de Cavalaria (Destacamento de Espinho), foram concedidos aos recrutas 110 dias de licença para não comparecerem no quartel, não tendo sido invocado qualquer motivo para tal decisão. É importante referir que os recrutas têm sido os mais combativos e desde o princípio da luta têm-nos apoiado;

— O mesmo aconteceu no Regimento de Transmissões, onde foram distribuídos aos recrutas passaportes por 10 dias. No RTM tinha sido aprovada por esmagadora maioria uma moção de apoio à nossa luta

e um voto de desconfiança no brigadeiro;

— No Destacamento de Chaves foi dada a possibilidade ao comandante militar de mandar de férias os recrutas, mas ele recusou;

— Dois camaradas nossos do Quartel-General/RMN foram interrogados durante várias horas sobre a sua permanência no RASP.

5. — Contra todas estas manobras nós contamos com a cada vez mais sólida unidade revolucionária entre os operários, camponeses, soldados e marinheiros, com a qual construiremos a vitória: **reabertura do CICAP, reintegração de todos os expulsos e nenhuma sanção sobre os camaradas que têm estado em luta no RASP.**

Esta vitória que conseguiremos contribuirá para que se dê mais um passo no sentido da tomada do Poder pelos explorados e oprimidos, para a destruição da exploração capitalista e a sua total emancipação.

manifestação de apoio ao RAC



Realizou-se no dia 13 uma manifestação de apoio ao major Borrega, comandante do Regimento de Artilharia de Costa (R.A.C.) de Oeiras. Convocada por estruturas populares do concelho, contou com o apoio do Comité de Oeiras do M.E.S., que distribuiu um comunicado onde se lê:

«A hierarquia militar de direita (por desmantelar no exército burguês) começa a desferir golpes profundos nas Unidades que permanecem ao lado das organizações populares, como é o caso do R.A.C. de Oeiras, onde, a título de transferência, procuram «sanear à esquerda» o Comandante da Unidade Major Borrega, ratificado revolucionariamente em plenário de soldados após o 11 de Março, medida que tem todo o apoio das organizações populares locais e da população em geral».

Presentes milhares de pessoas, de quase todas as localidades zona, que tiveram oportunidade de ouvir o Major Borrego e outros militares, cujas intervenções mostraram serem dignos do apoio que lhes é dado: «Só o proletariado e seus aliados podem conduzir uma Revolução».

«Esta manifestação é mais uma demonstração da vigilância popular contra qualquer tentativa camuflada daqueles que se intitulam

donos do Poder Popular. Não se pode perder uma posição que levou muito a conquistar, porque não é o povo que está preocupado com o avanço, mas sim a direita, a quem custa perder os privilégios». «Sem fazermos uma revolução «para o povo», temos procurado ser uma força aliada deste povo na revolução. O erro histórico daqueles que não souberam resolver uma situação, cuja solução tinha de ser política, está patente quando certo senhor fala de ordem, disciplina e autoridade, ao fazer uma política de corredores nas costas dos militares e do povo».

É este o caminho, camaradas. Sob pena de se perder a revolução e de regressarmos ao fascismo, é preciso manter e reforçar a vigilância popular sobre o que se passa nos quartéis, respondendo massivamente, mesmo à custa dos maiores sacrifícios, a todas as tentativas da direita para restaurar o militarismo nas unidades onde ele já não existe. A «ordem» e «disciplina» que o VI Governo e o Conselho da (contra) Revolução pretendem impôr é a que lhes permita decretar todo um conjunto de medidas impopulares e reaccionárias de salvação do capitalismo, o que não é possível se nos quartéis existirem estruturas democráticas, se os comandantes forem escolhidos e da confiança dos soldados.

MAPU:

“Cremos, como vocês, que a força da classe operária, expressa através dos órgãos de poder popular, poderá ir tomando em suas mãos todas as tarefas necessárias para varrer as forças da contra-revolução”

Fica agora concluída a publicação do documento que o Movimento de Acção Popular Unitária chileno enviou ao MES:

Companheiros, depois de expressarmos o nosso pensamento frente à actual conjuntura política chilena e sobre a situação internacional, não podemos deixar de vos expressar a nossa preocupação pela situação do processo revolucionário português.

É à luz da experiência sofrida que nos sentimos na obrigação de manifestar várias considerações sobre algumas semelhanças entre o processo político encabeçado pela classe operária e o povo português e o processo que o povo chileno viveu durante o governo da Unidade Popular.

Em primeiro lugar, o imperialismo procura alternativas que lhe permitam consolidar e estabilizar a sua hegemonia na América Latina e noutros lugares do mundo, endurecendo as suas posições para atingir uma nova estabilidade. É baseado nesta política que o imperialismo procurou no Chile uma alternativa para eliminar pela raiz o processo revolucionário que a classe operária e o povo desenvolviam, uma vez que a situação que o nosso país vivia lançava uma imagem que punha em jogo os objectivos do imperialismo para a América Latina. Assim, preparou e dirigiu o golpe de Estado contra o Governo da Unidade Popular.

Cremos que Portugal apresenta hoje para a Europa capitalista um perigo em relação à estabilidade de que o imperialismo norte-americano e europeu necessitam, e estes procuram

uma alternativa, uma saída, porque não podem tolerar o desenvolvimento de posições anti-imperialistas importantes, ou muito menos revolucionárias.

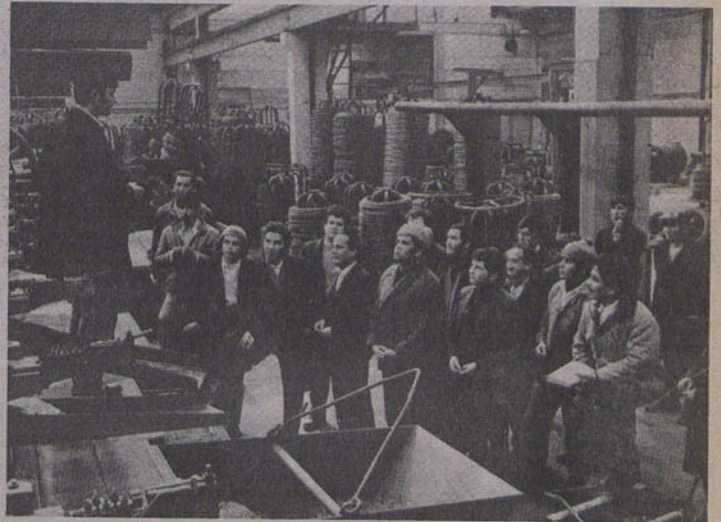
Em segundo lugar, o povo e a classe operária portuguesa sofrem hoje os rigores do bloqueio económico e político do imperialismo. Ontem, a classe operária e o povo do Chile sofreram o mesmo bloqueio, foram utilizados os mesmos agentes contra-revolucionários internos e externos, que podem usar disfarces diferentes mas servem o mesmo objectivo.

A classe operária, o povo, as suas vanguardas políticas e os militares revolucionários devem, é indubitável, denunciar este método de pressão que o imperialismo utiliza, procurando asfixiar a economia de Portugal. O povo do Chile é testemunha e vítima deste método: boicote económico, negação de créditos, desenvolvimento do mercado negro, sabotagem, etc.

Esta segunda semelhança deve ser enfrentada com uma grande ofensiva internacional da vossa parte, e que vos permita abrir brechas no bloqueio económico e político de que hoje são vítimas.

A classe operária internacional é suficientemente forte e a sua ajuda é importante. Devem exigir a sua solidariedade, já que o processo revolucionário português entrou numa fase decisiva e para o qual se requer o apoio internacionalista.

Em terceiro lugar, cremos que tanto a situação que hoje vive Portugal como a que se viveu no Chile durante a Unidade Popular se desenvolveram nos momentos em que o internacionalismo proletário sofre contradições geradoras de debilidades que são aproveitadas pelas forças da contra-revolução a nível mundial. A nossa tarefa é a de impulsionar uma real prática internacionalista que não esteja ligada a nenhum centro, sendo a única condição a luta revolucionária que cada povo desenvolve, por uma verdadeira democracia, uma verdadeira liberdade e pelo socialismo. Portugal e o Chile devem ser actualmente, assim como o foi o Vietname, o centro da preocupação internacionalista dos revolucionários, e não devemos permitir que, produto das contradições do movimento operário internacional, o movimento revolucionário português fique isolado. Estamos convencidos de que a revolução deve ser feita com as nossas próprias forças (cada povo deve ter sempre em conta este princípio, já que em última instância é o factor decisivo), mas também é certo que uma prática consequente do internacionalismo é vital para receber a solidariedade que permita fazer frente às forças da contra-revolução mundial, interessadas hoje no fracasso da experiência revolucionária portuguesa assim como ontem fizeram fracassar a experiência chilena.



Em quarto lugar, cremos que hoje em Portugal a classe operária deve ser conduzida por um caminho de vitória. Para isso é necessário avançar na construção do Partido da revolução, base fundamental da vitória. No Chile a existência do Partido da revolução foi uma das causas fundamentais de derrota. Cremos que esse objectivo estratégico deve iniciar-se e estar contemplado na tática dos partidos da nova esquerda.

O MAPU pensa, como vocês, que essa tarefa se realiza na medida em que os germens de vanguarda superem as suas debilidades históricas, que se caracterizam por querer pensar e definir linhas políticas e tarefas para a esquerda e as massas em geral, sem compreender o facto de que essas políticas só adquirem corpo na medida em que se tenha forças para torná-las realidade a nível de massas, da esquerda e das alianças. Sobre este ponto o MAPU faz uma autocritica, já que esse foi um dos nossos desvios, e que a nosso ver representam uma característica dos partidos da nova esquerda. Devemos empregar uma luta ideológica fraterna mas firme contra o vanguardismo das organizações da nova esquerda que têm a ilusão de que as massas, espontaneamente ou por considerações ideológicas, assumirão a linha ideológica que elaboraram, ou com a perspectiva de que a esquerda se convença teoricamente que o nosso caminho é o correcto, o que implica de fac-

to desconhecer o papel do Partido e subordinar na prática a nossa linha estratégica às posições hegemónicas que existem no movimento operário, para além de todas as amostras de verbalismo revolucionário que empregam algumas organizações. A autocritica que o MAPU faz é acerca da importância que tem para um partido revolucionário transformar a sua linha política na conduta política do partido, não permanecendo aquela como simples instrumento de propaganda mas que seja fundamentalmente um guia de acção para as forças populares.

Queremos trocar experiências sobre a política de alianças que o MES aplica, e em geral a esquerda portuguesa, já que entendemos que neste terreno devemos melhorar como partido e ter não só uma maior compreensão teórica e prática mas também confrontá-la com a prática de outras organizações revolucionárias. Este ponto tem grande importância para a definição da linha política, já que uma correcta política de alianças permite avançar no alcance dos objectivos históricos da classe operária. Qualquer aliança dos partidos operários e populares deve basear-se nas nossas capacidades e forças para que essas alianças permitam um real avanço, e não cair na subordinação às posições hegemónicas, nem no sectarismo que surge de não se partir da correlação real de forças existentes no seio da esquerda e das

massas. É claro que uma política de alianças tem como objectivo acumular forças políticas de massas que permitam derrotar os inimigos de classe, e é um elemento importante o trabalho com as camadas orgânicas e politicamente atrasadas do povo, trabalho que deve ser realizado pelos sectores avançados da classe operária.

Cremos, como vocês, que a força da classe operária expressa através dos órgãos de poder popular podem ir tomando em suas mãos todas as tarefas que hoje em dia são necessárias para varrer as forças da contra-revolução. É a força da classe operária, e a aplicação clara e consequente da política em relação a ela, o que permite ganhar as camadas médias.

O tempo corre a favor do imperialismo e das forças da contra-revolução desde que as forças do povo não sejam capazes de resolver os problemas que a situação pré-revolucionária nos apresenta. Os nossos inimigos avançam mais por causa dos nossos erros do que pelos seus acertos. Não nos devemos desgastar em polémicas superestruturais, devemos sim ir às massas para aí construir a base sólida que permita avançar num processo revolucionário ininterrupto.

A resistência unida do povo chileno vencerá!

O socialismo é um poder de massas!

Portugal será socialista!

MAPU
DIRECÇÃO EXTERIOR



CAMARADAS SOLDADOS E MARINHEIROS:



Os trabalhadores fardados aliados aos não-fardados constituem a maior ameaça a um governo social-democrata que, se conseguisse governar, mais não faria que defender os interesses da burguesia e abrir as portas ao fascismo

CAMARADAS!

Já demonstrámos, e demonstramos todos os dias nos quartéis e na rua, a nossa força, a nossa capacidade de levar à prática a luta contra o reaccionarismo nos quartéis e fora deles.

Face à nossa determinação, que faz a burguesia? Clama por disciplina (a sua disciplina) e por ordem para poder governar e impor a seu bel-prazer as leis que quer, em nome de uma maioria que nunca sancionou aquilo que ela agora nos quer impingir. Pois não é verdade? **Quem é que mandou estes senhores para invadir as emissoras? E para sanear os nossos camaradas conhecidos pelas suas posições mais progressistas e revolucionárias? E para, sempre em nome da tal maioria, criar o AMI?**

Por outro lado, Jaime Neves incorpora-se numa manifestação partidária infringindo o RDM que diz defender e Pires Veloso não vem a Lisboa embora a isso fosse obrigado por determinação do CEME. Então, pelos vistos, o RDM só quando lhes convém é que é aplicável. Nós, camaradas, dizemos **NÃO ao RDM fascista**. Nós, camaradas, dizemos **SIM à disciplina revolucionária**. Queremos saber para onde vamos e em nome de quem e do que nos querem fazer cumprir o RDM que eles próprios fizeram e que não cumprem.

Mas não nos enganemos: **O RDM é apenas a superfície. Por trás do RDM existem posições de classe. A força da burguesia que se esconde por trás do RDM é a mesma força que pretende reprimir os trabalhadores nas fábricas e nos campos. A isto nós respondemos e responderemos com a nossa força organizada; com a aliança, que já ficou amplamente demonstrada na prática entre nós, dos soldados e marinheiros com os operários e camponeses, tanto em Beja como no Porto, Lisboa e Coimbra e que teve como expressão mais elevada as vitórias obtidas no RASP, na BA11, em Beja e na Trafaria. Eles sabem que os trabalhadores fardados aliados aos não-fardados constituem a maior ameaça a um governo social-democrata, que se conseguisse governar mais não faria que defender os interesses da burguesia e abrir as portas ao regresso do fascismo.**

Mas, camaradas, para que essa aliança seja ainda mais forte e atinjamos a vitória final, temos que reforçar a nossa organização, **estendendo as comissões de soldados a todas as unidades de modo a que os interesses de classe dos operários e camponeses sejam defendidos dentro dos próprios quartéis como o são nas fábricas e nos campos. Em**

cadaquartel tem de haver uma comissão de soldados que leve avante a luta contra os oficiais reaccionários, contra as ADU's fantoches, e incentive o bom funcionamento das ADU's representativas, orientado-as decisivamente de forma a que coloquem os trabalhadores fardados ao lado dos não-fardados.

**SÓ ORGANIZADOS VENCEREMOS!
EM FRENTE PELA CRIAÇÃO DE COMISSÕES DE SOLDADOS!
OPERÁRIOS, CAMPONESES, SOLDADOS E MARINHEIROS, UNIDOS VENCEREMOS!**

